

III.3. DÍVIDA DOS PALOP A PORTUGAL

A totalidade da dívida oficial dos PALOP a Portugal – incluindo tanto a dívida directa ao Estado português como a por este garantida – ascendeu a USD 2407 milhões em 31 de Dezembro de 2010, subindo 12.9% em relação ao ano anterior. O crescimento da dívida oficial destes países atingiu no ano transacto USD 275 milhões, o incremento mais elevado dos últimos 15 anos.

Quadro II.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL Em milhões de USD		
	31-12-2010	Em %
Angola	1441	59.9
Moçambique	523	21.7
Cabo Verde	268	11.1
Guiné-Bissau	126	5.3
S. Tomé e Príncipe	49	2.0
TOTAL	2407	100.0

Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

Tal como acontece desde 2005, a evolução da dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado foi responsável em 2010 pelo crescimento da dívida oficial deste conjunto de países (mais USD 293 milhões que no ano anterior). À semelhança do ocorrido em 2009, a dívida directa ao Estado evidenciou no ano findo uma ligeira descida (menos USD 18 milhões).

Gráfico III.3.1.

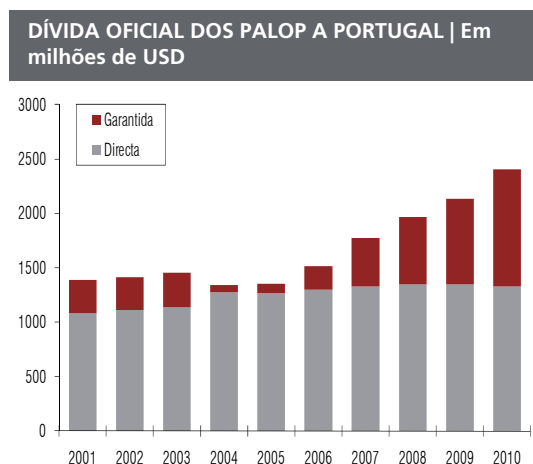
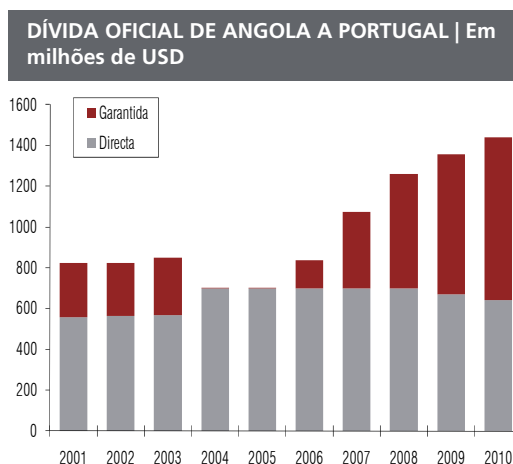


Gráfico III.3.2.



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

Impelida, tal como nos anos anteriores, pelo aumento dos empréstimos de médio e longo prazos garantidos pelo Estado, a dívida oficial de **Angola** a Portugal cresceu USD 85 milhões em 2010, elevando-se a USD 1441 milhões. Desde 2009, Angola tem vindo a amortizar a sua dívida directa vincenda de acordo com o estipulado no acordo de reescalonamento assinado em 2004 com as autoridades portuguesas.

A utilização das linhas de crédito concessionais acordadas com Portugal em 2008 e 2009, para financiamento de projectos de investimento em infra-estruturas em **Moçambique**, tem vindo a repercutir-se no aumento da dívida garantida a médio e longo prazos daquele país, registando um incremento de USD 90 milhões em 2010. A dívida total de Moçambique a Portugal denotou uma subida de USD 87 milhões no ano transacto, com a dívida directa a apresentar nova redução, no

seguimento do acordo de reestruturação e cancelamento progressivo assinado em Julho de 2008, no âmbito da Iniciativa HIPC.

Gráfico III.3.3.

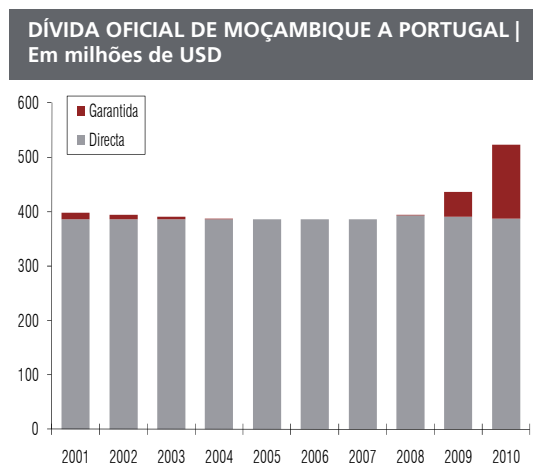
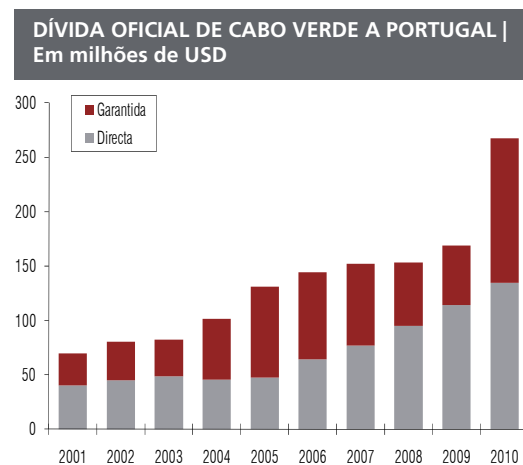


Gráfico III.3.4.



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

Em 2010, a dívida oficial de **Cabo Verde** a Portugal evidenciou um novo e significativo aumento, mantendo a tendência ascendente iniciada em 1998, elevando-se a USD 268 milhões (USD 99 milhões mais que em 2009). No ano findo, o crescimento decorreu não só da subida da dívida directa ao Estado, com novos desembolsos de empréstimos para financiamento de infra-estruturas rodoviárias, como também da dívida garantida, com o início de utilização de duas linhas de crédito assinadas entre 2007 e 2009 para projectos de infra-estruturas portuárias e nas áreas das energias renováveis e ambiente.

Gráfico III.3.5.

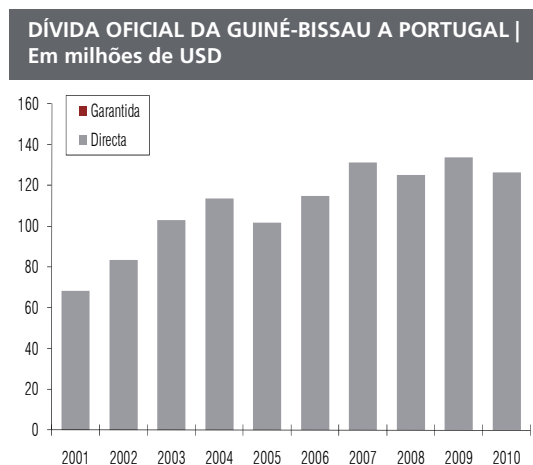
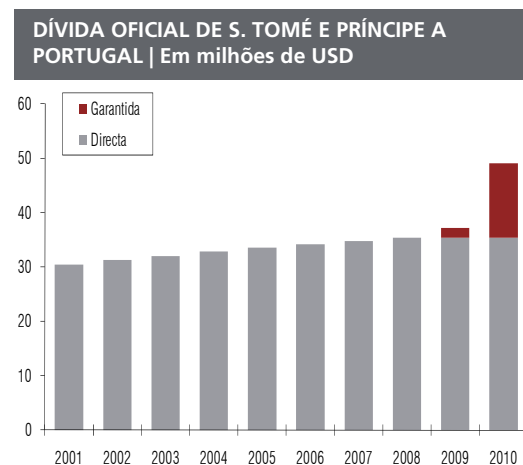


Gráfico III.3.6.



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

Tal como vem acontecendo nos anos mais recentes, não se registou em 2010 qualquer desembolso ou amortização da dívida oficial da **Guiné-Bissau** a Portugal. A redução de USD 7 milhões apresentada reflecte a apreciação do USD face ao EUR, estando os créditos denominados na moeda europeia.

Com a prossecução favorável do programa de 3 anos apoiado pela *Extended Credit Facility* (EFC) do FMI, assinado em Maio de 2010, a Guiné-Bissau obteve no final do ano passado o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*) e, simultaneamente, o acesso à Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral. No seu conjunto, estas iniciativas permitem uma redução significativa

do montante da dívida externa da Guiné-Bissau, a qual se estima tenha passado de 128.0% do PIB em 2009 para 20.1% no final de 2010. Neste contexto, em Maio de 2011, os credores do Clube de Paris acordaram um perdão de dívida de USD 256 milhões, tendo alguns deles garantido alívio adicional em termos bilaterais num montante total de USD 27 milhões.

Desde 2008, a dívida directa vincenda de **São Tomé e Príncipe** a Portugal mantém-se inalterada, em USD 35 milhões, face à vigência do período de carência previsto no acordo relativo à reestruturação e cancelamento progressivo da dívida assinado em Julho daquele ano, no âmbito da obtenção do Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC, em Março de 2007. Novas utilizações da linha de crédito concessional assinada com Portugal em Fevereiro de 2009, para financiamento de projectos do Programa de Investimento Público santomense, fizeram aumentar a dívida garantida a médio e longo prazo em 2010, conduzindo a um crescimento de USD 12 milhões da dívida oficial de São Tomé e Príncipe a Portugal face ao ano anterior.



Quadro A.III.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL Em milhões de USD										
		Dívida Directa ao Estado (1)			Dívida a Médio e Longo prazos Garantida pelo Estado (2)			Dívida Oficial (1)+(2)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	2006	698		698	140		140	838		838
	2007	698		698	375		375	1 073		1 073
	2008	698		698	562		562	1 260		1 260
	2009	670		670	686		686	1 356		1 356
	2010	642		642	799		799	1 441		1 441
Cabo Verde	2006	64		64	78	2	80	142	2	144
	2007	77		77	75		75	152		152
	2008	95		95	58		58	153		153
	2009	114		114	55		55	169		169
	2010	134		134	133		133	268		268
Guiné-Bissau	2006	77	38	115				77	38	115
	2007	85	46	131				85	46	131
	2008	77	48	125				77	48	125
	2009	81	53	134				81	53	134
	2010	74	53	126				74	53	126
Moçambique	2006	386		386				386		386
	2007	386		386				386		386
	2008	393		393	0		0	393		393
	2009	391		391	45		45	436		436
	2010	388		388	135		135	523		523
S. Tomé e Príncipe	2006	25	9	34				25	9	34
	2007	23	12	35				23	12	35
	2008	35		35				35		35
	2009	35		35	2		2	37		37
	2010	35		35	14		14	49		49
Total dos PALOP	2006	1 250	47	1 297	219	2	220	1 468	49	1 517
	2007	1 269	58	1 327	450		450	1 718	58	1 776
	2008	1 299	48	1 346	620		620	1 919	48	1 967
	2009	1 291	53	1 344	788		788	2 079	53	2 132
	2010	1 273	53	1 326	1 081		1 081	2 354	53	2 407

Fontes: Ministério das Finanças - GPEARL.